

# *Superior Tribunal de Justiça*

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.845.230 - MG (2019/0320677-5)**

**RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**RECORRIDO : EDSON FILIPE MOREIRA SANTOS (PRESO)**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

## **DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, contra acórdão do Tribunal de Justiça do respectivo Estado, assim ementado:

"EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL - ROUBO DUPLAMENTE MAJORADO E CORRUPÇÃO DE MENORES - RECURSO DEFENSIVO QUE BUSCA A ABSOLVIÇÃO DO APELANTE PELO CRIME PREVISTO NO ESTATUTO MENORISTA - DELITO NÃO CARACTERIZADO - INSUFICIÊNCIA DE PROVA DA MENORIDADE ATRIBUÍDA AO COADJUVANTE - ABSOLVIÇÃO DECRETADA - RECURSO PROVIDO. Inexistindo nos autos prova indubitosa de que o outro envolvido no crime era mesmo imputável, pois ausente Certidão de Nascimento ou qualquer outra documentação hábil a comprovar a menoridade alegada, imperiosa se torna a absolvição do réu pela imputação contida no art. 244-B da Lei 8.069/90.

V.V. APELAÇÃO CRIMINAL - ROUBO CIRCUNSTANCIADO - EMPREGO DE ARMA DE FOGO - PODER VULNERANTE NÃO COMPROVADO - DECOTE DA EXASPERANTE - NECESSIDADE. 01. Conquanto a realização de perícia não seja indispensável ao reconhecimento da exasperante inculpada no art. 157, § 2º, I, do Código Penal, o emprego de arma de fogo na execução do assalto, inexistindo na prova quaisquer indícios de que seja ela verdadeira, não subsiste ante a incerteza de sua potencialidade lesiva.

APELAÇÃO CRIMINAL - CORRUPÇÃO DE MENOR - ABSOLVIÇÃO - IMPOSSIBILIDADE. Existindo nos autos documento hábil, dotado de fé pública, capaz de comprovar a menoridade do adolescente, não há que se falar em ausência de prova da menoridade." (e-STJ, fl. 212).

O recorrente sustenta negativa de vigência ao art. 244-B do Estatuto da Criança e Adolescente. Defende que, para a configuração do delito de corrupção de menores, a prova da menoridade pode ser feita por outros elementos, e não somente por meio de documento de identidade ou da certidão de nascimento.

Requer, assim, o provimento do recurso especial para condenar o réu pelo crime de corrupção de menores.

As contrarrazões foram apresentadas (e-STJ, fls. 312-321).

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo provimento do recurso

# Superior Tribunal de Justiça

especial (e-STJ, fls. 338-344).

## **É o relatório.**

Decido.

No acórdão recorrido, o Tribunal de origem concluiu pela não configuração do delito previsto no art. 244-B do ECA, sob a seguinte motivação:

"Isto decorre do fato de que, apesar das afirmativas de que W.L.O. se tratava de adolescente, inexistia nos autos documento oficial comprobatório de sua idade à época dos fatos, circunstância essa que fere as disposições estatuídas pelo parágrafo único do art. 155 do Código de Processo Penal:

[...]

Destarte, ausente nos autos Certidão de Nascimento ou documento de identidade, documentos estes, a meu ver, hábeis a comprovar inequivocamente a idade do menor coadjuvante, não se configura o crime de corrupção de menores previsto no art. 244-B da Lei nº 8.069/90, motivo pelo qual a absolvição do apelante acerca do crime em testilha é o forçoso caminho a ser trilhado, o que faço com arrimo no art. 386, II do Código de Processo Penal." (e-STJ, fls. 216-217).

Esta Corte já decidiu que "a certidão de nascimento não é o único documento válido para fins de comprovação da menoridade, sendo apto a demonstrá-la o documento firmado por agente público atestando a idade do imputável, como a declaração perante a autoridade policial" (AgInt no AREsp 852.726/SC, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 17/05/2016, DJe 09/06/2016).

No mesmo sentido, confira-se:

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CRIME DE CORRUPÇÃO DE MENORES. PROVA DA MENORIDADE DA VÍTIMA. AUTO DE APREENSÃO EM FLAGRANTE DE ATO INFRACIONAL. DOCUMENTAÇÃO HÁBIL À COMPROVAÇÃO. PRECEDENTES. SÚMULA N. 74/STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A teor da jurisprudência consolidada no STJ, a comprovação da menoridade da vítima do crime previsto no art. 244-B da Lei n. 8.069/1990 exige documento hábil. Súmula n. 74 do STJ (AgRg no REsp 1.680.683/MG, QUINTA TURMA, Rel. Ministro JORGE MUSSI, DJe 14/11/2017) .

2. O auto de apreensão em flagrante de ato infracional e o boletim de ocorrência são documentos dotados de fé pública e aptos a comprovar a menoridade do adolescente envolvido no crime praticado pelo ora agravante.

Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp 1.740.510/MG, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 20/09/2018, DJe 03/10/2018).

Como se percebe, o Tribunal de origem dissentiu da jurisprudência desta Corte ao não considerar idônea, para a demonstração da menoridade do adolescente

# *Superior Tribunal de Justiça*

infrator, o auto de apreensão em flagrante de ato infracional e o boletim de ocorrência, cujo conteúdo atesta sua inimizabilidade (e-STJ, fls. 5 e 16).

Desse modo, a fim de conferir interpretação adequada ao art. 244-B do ECA, é de rigor a condenação do recorrido, uma vez que devidamente comprovada a menoridade do adolescente infrator que, em concurso com ele, praticou o delito de roubo.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do Regimento Interno do STJ, **dou provimento** ao recurso especial para condenar o recorrido como incurso no art. 244-B do ECA, bem como, determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem para que prossiga no julgamento da apelação defensiva.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS  
Relator

